

## **Contrato-Programa relativo à Tramitação e Decisão dos Processos Contraordenacionais**

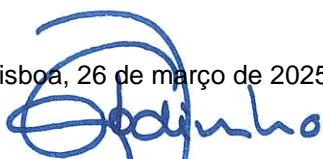
Nos termos da alínea c) nº 6 do artigo 25º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, na qualidade de Fiscal Único da sociedade Parques Tejo, E.M., Empresa Municipal, (adiante designada por Parques Tejo), foi-nos submetido pela Administração da Parques Tejo o contrato-programa a celebrar entre o Município de Oeiras (adiante designado por CMO) e a Parques Tejo.

Verificámos os requisitos previstos nomeadamente no nº 2 do artigo 47º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, que estão considerados no contrato promessa que nos foi apresentado.

Assim, somo de parecer:

Que seja aprovado o contrato-programa a celebrar entre a Parques Tejo e a CMO, que prevê a transferências de €1.384.575,99 (um milhão trezentos e oitenta e quatro mil quinhentos e setenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos), repartidos entre €710.943,33 (setecentos e dez mil e novecentos e quarenta e três euros e trinta e três cêntimos) para o ano de 2025 e €673.632,66 (seiscentos e setenta e três mil seiscentos e trinta e dois euros e sessenta e seis cêntimos) para o ano de 2026, a título de subsídio à exploração pela prestação de serviços associada à atividade de tramitação e decisão de processos contraordenacionais do Concelho de Oeiras.

Lisboa, 26 de março de 2025.



KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, LDA  
Representada por Maria do Céu Ferreira Godinho  
[ROC nº 1420 | CMVM nº 20161030]